

**PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROFISCO II - PE**

**Relatórios financeiros e auditoria externa do
projeto**

**Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro
de 2022**

Seção I - Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE PROPÓSITO ESPECIAL

Aos
Administradores do
Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II
Recife - PE

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras de propósito especial

Examinamos as demonstrações financeiras de propósito especial do **Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (PROFISCO II)**, executados pela **Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco - SEFAZ/PE** e financiado com recursos provenientes do Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que compreendem a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração de investimentos acumulados correspondentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis definidas pelo BID.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras de propósito especial”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e pagamentos do **Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (PROFISCO II)**, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota Explicativa nº 2, determinadas pelo BID.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras de propósito especial

Identificação dos rendimentos financeiros

Conforme Nota Explicativa nº 3, o Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II, possui saldos aplicados no montante de U\$ 235.764,55 em respectiva conta gráfica. Conforme cláusula nº 4.04 do contrato de empréstimo número 4554/OC-BR, firmado entre a Secretaria da Fazenda de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, os rendimentos oriundos dos recursos financeiros reembolsados pelo BID devem ser apurados e utilizados para pagamento de despesas elegíveis do projeto. Até a conclusão de nossas análises, não nos foi fornecida documentação que evidencie o controle e reconhecimento dos respectivos rendimentos financeiros pela gestão do projeto do início do projeto, em 2019, até o mês de agosto de 2022. Os rendimentos começaram a ser apurados e registrados apenas a partir do mês de setembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras de propósito especial”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras de propósito especial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras de propósito especial, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas para fornecer informações sobre o projeto, no cumprimento dos requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR e no Instrutivo de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa das operações financiadas pelo BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras de propósito especial podem não ser adequada para outras finalidades. Entretanto, esse relatório pode converter-se em um documento público, caso em que a sua distribuição seria limitada. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras de propósito especial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de propósito especial de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota Explicativa nº 2 e com os requerimentos estabelecidos nas cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR e no Instrutivo de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa das operações financiadas pelo BID. Isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração das demonstrações financeiras nas circunstâncias, assim como para os controles internos que a administração determinou serem necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Programa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração contábil, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras de propósito especial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras de propósito especial tomadas em conjunto estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável significa um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras de propósito especial.

Como parte da auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria contemplados nas cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR e no Instrutivo de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa das operações financiadas pelo BID, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras de propósito especial, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Projeto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, se houver, e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras de propósito especial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório;
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Projeto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de abril de 2023.

Anexo 1 - Demonstrações financeiras de propósito especial e notas explicativas

NOME DO EXECUTOR: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco
BR-L1501 PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROFISCO II - PE
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 4554/OC-BR

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Valores em Dólares

Descrição	Período terminado em 31.12.2022		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	12.277.067,91	712.328,66	12.989.396,57
Durante o período	5.582.334,87	1.124.773,15	6.707.108,02
. Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pago diretos)	5.456.610,25	1.124.773,15	6.581.383,40
. Rendimentos de aplicação financeira	125.724,62	-	125.724,62
. Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Total de Recursos Recebidos	17.859.402,78	1.837.101,81	19.696.504,59
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do período	11.696.916,23	712.328,66	12.409.244,89
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-
Durante o período	5.926.722,00	1.124.773,15	7.051.495,15
. Solicitação de Reembolso/ Justificativa de Desembolso apresentado ao BID	4.890.295,84	-	4.890.295,84
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-
. Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação / Justificação (exercício anterior)	- 1.038.582,49	-	- 1.038.582,49
. Pagos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	2.075.008,65	1.124.773,15	3.199.781,80
Total Desembolsado	17.623.638,23	1.837.101,81	19.460.740,04
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	235.764,55	-	235.764,55

Período terminado em 31.12.2021		
BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
8.220.538,86	-	8.220.538,86
4.056.529,05	712.328,66	4.768.857,71
4.056.529,05	712.328,66	4.768.857,71
-	-	-
-	-	-
12.277.067,91	712.328,66	12.989.396,57
6.594.963,63	-	6.594.963,63
-	-	-
5.101.952,60	712.328,66	5.814.281,26
5.088.061,34	-	5.088.061,34
123,97	-	123,97
- 1.024.815,20	-	- 1.024.815,20
1.038.582,49	712.328,66	1.750.911,15
11.696.916,23	712.328,66	12.409.244,89
580.151,68	-	580.151,68

Fábio Henrique Soares de Oliveira

Fábio Henrique Soares de Oliveira
Secretário Executivo de
Coordenação Institucional
SCI/SEFAZ - PE

Eduardo Vicente Gonçalves
Eduardo Vicente Gonçalves
Auditor Fiscal do Tesouro Estadual
Matrícula 171.967-0



NOME DO EXECUTOR: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco
PROGRAMA: Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (PROFISCO II-PE)
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 4534/OC-ER

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Valores em USD

Categorias de Investimento		Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2021			Ajustes do Exercício 2021			Movimento do Exercício 2022			Acumulado do Exercício 2022			Orçamento a Realizar		
		TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
I	I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	10.970.000,00	10.970.000,00		4.597.843,66		4.597.843,66	9.009,53		9.009,53	1.974.122,90	244.580,93	2.218.703,83	6.580.976,09	244.580,93	6.425.557,02	4.144.442,98	4.389.023,91	244.580,93
II	II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	16.210.000,00	8.810.000,00	7.400.000,00	3.917.738,64	712.328,66	4.650.117,30	0,36		0,36	1.411.770,02	880.192,22	2.291.962,24	5.349.558,30	1.592.520,88	6.942.079,18	9.267.920,82	3.460.441,70	5.807.479,12
III	III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	16.660.000,00	16.660.000,00		3.110.341,16		3.110.341,16	536,54		536,54	2.443.870,55		2.443.870,55	5.553.675,17		5.553.675,17	11.106.324,83	11.106.324,83	
A1	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	260.000,00	260.000,00		40.822,38		40.822,38	67,10		67,10	77.136,13		77.136,13	118.025,71		118.025,71	141.974,29	141.974,29	
A2	AUDITORIA	300.000,00	300.000,00		10.120,40		10.120,40				11.282,07		11.282,07	21.402,47		21.402,47	278.597,53	278.597,53	
A	Subtotal	44.400.000,00	37.000.000,00	7.400.000,00	11.696.916,24	712.328,66	12.409.244,90	8.539,73		8.539,73	5.918.181,77	1.124.773,15	7.042.954,92	17.623.637,74	1.837.101,81	19.460.739,55	24.939.266,45	19.376.362,26	5.562.898,19

[1] As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

[2] A descrição desta demonstração financeira deve corresponder, no mínimo, aos componentes e subcomponentes apresentados no Anexo A do contrato de empréstimo.

Assinatura:

Nome e Cargo: Fábio Henrique Soares de Oliveira - Coordenador Geral da UCP

Data: 27.04.2023

Eduardo Vicente do Nascimento
Auditor Fiscal do Tesouro Estadual
Matrícula 171.967-0



PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROFISCO II - PE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

1. Descrição do Programa: Para atingir o objetivo o Projeto financiará atividades dos seguintes componentes:

a) Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal

Este componente tem como objetivo melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência do fisco com a sociedade, potencializando o desempenho institucional da SEFAZ, e financiará:

- i) Implantação da gestão estratégica fazendária.** Por meio de: (i) sistema informatizado para planejamento e acompanhamento em tempo real das metas estratégicas e da execução dos projetos do SEFAZ, assim como o tratamento e a divulgação das informações geradas; e (ii) redesenho dos processos administrativos e financeiros da SEFAZ e melhoria de seus respectivos sistemas informatizados de apoio.
- ii) Implementação do modelo de gestão de funcionários por competências.** Por meio de: (i) metodologia para avaliação e dimensionamento dos recursos humanos, contemplando regime de contratação e capacitação por competência, apoiado por um sistema informatizado específico; e (ii) plano de desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos baseado em competências.
- iii) Fortalecimento da governança de TI.** Por meio de: (i) estratégia de armazenamento, proteção e recuperação de dados, incluindo softwares e hardwares necessários; (ii) ferramentas para apoiar o monitoramento de serviços de TI, em nível de usuários internos e externos da SEFAZ, nos aspectos de integridade de dados, falhas, tempos de resposta e acessos não autorizados; e (iii) atualização do parque tecnológico de hardware e software de apoio.

b) Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal

Este componente tem como objetivo aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes, e financiará:

- i) **Fortalecimento da gestão de incentivos fiscais.** Por meio de: (i) revisão e adequação dos procedimentos de gestão para a concessão de benefícios fiscais, incluindo os aspectos relacionados à estimativa e avaliação das perdas e benefícios envolvidos; e (ii) sistema informatizado de apoio à gestão de incentivos fiscais, incluindo a notificação automática em caso de descumprimento das regras estabelecidas pelo fisco.
- ii) **Simplificação das obrigações tributárias.** Por meio de: (i) implantação do sistema da Rede Nacional de Simplificação de Registro e Legalização de Empresas; (ii) simplificação das obrigações dos contribuintes no SPED; e (iii) integração do sistema de administração tributária ao Portal Único de Comércio Exterior.
- iii) **Fortalecimento do modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito.** Por meio de: (i) revisão e aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização de trânsito, contemplando a criação de um posto fiscal virtual de controle de mercadorias em trânsito (e-PostoPE) e a expansão da central de operações estratégicas. Inclui a adequação da infraestrutura física e tecnológica dos postos de controle; e (ii) metodologias de análise de risco e inteligência fiscal para apoiar a seleção oportuna, eficaz e eficiente das cargas a serem examinadas fisicamente nos pontos de controle.
- iv) **Melhoria e integração de sistemas de cobrança.** Por meio de: (i) metodologia de apoio à cobrança administrativa contemplando facilidades ao contribuinte para o pagamento de suas dívidas; (ii) Sistema informatizado de Gestão de Processos Fiscais (GPF), contemplando a funcionalidade de cálculo de multas e juros na cobrança administrativa, incluindo o controle de créditos não tributários; (iii) Sistema informatizado para Controle e Acompanhamento de decisões judiciais (AJ-SEFAZ) do contencioso; (iv) Sistema informatizado para Restituição e Recuperação de Créditos (SRC) em favor dos contribuintes; e (v) integração do Sistema informatizado de Automação Judicial (SAJ) da PGE aos sistemas GPF, Pat-e e PJ-e.
- v) **Fortalecimento da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).** Por meio de: (i) reestruturação das informações da NFC-e e do seu respectivo sistema de gestão; (ii) estratégia para a ampliação do armazenamento de dados gerados pela NFC-e, incluindo a aquisição de dispositivos e sistemas de armazenamento; e (iii) metodologias e ferramentas para o tratamento das informações geradas pela NFC-e.



c) Componente III. Administração financeira e gasto público

Este componente está orientado a aumentar a eficiência do planejamento e da execução financeira e financiará os seguintes produtos:

- i) **Aperfeiçoamento da gestão financeira.** Por meio de: (i) sistema informatizado de gestão do fluxo de caixa e da Conta Única do Tesouro, integrado ao Sistema de Administração Financeira do Estado (e-Fisco); e (ii) sistema informatizado de gestão de contas a pagar aos fornecedores do estado, integrado ao e-Fisco.
- ii) **Fortalecer a gestão de transferências para entidades e municípios.** Por meio da revisão dos procedimentos de transferência e da implantação de um sistema informatizado de gestão, que também controle as devoluções de recursos por parte das entidades.
- iii) **Fortalecimento do modelo de gestão contábil do Estado.** Por meio de: (i) aperfeiçoamento do sistema de pagamento de pessoal da administração indireta para que seja possível efetuar o comprometimento do pagamento de forma automática no e-Fisco e gerar os lançamentos contábeis nas contas gerais do Estado; e (ii) atualização do patrimônio do estado, avaliação e aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão do patrimônio.
- iv) **Melhoria da gestão da dívida pública.** Por meio do aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão da dívida, que permita realizar cálculos de pagamento e projeções de cenários de forma oportuna, bem como efetuar o compromisso da dívida de forma automática no e-Fisco, com geração de lançamentos contábeis na contabilidade geral do estado.
- v) **Implantação de novos procedimentos para gestão de custos públicos.** Por meio de metodologia de estimativa de custos públicos apoiada por um sistema informatizado integrado aos sistemas corporativos do estado, implantado em todos os órgãos setoriais.

A fim de otimizar o uso dos recursos e fortalecer a efetividade das atividades da gestão financeira fazendária, algumas entidades externas foram inseridas em produtos do Programa, de modo a permitir o alcance correto das medidas desenvolvidas no âmbito da SEFAZ, mas com rebatimentos em outros entes estaduais. Assim, também são beneficiárias do Profisco II, em produtos específicos, relacionados aos desdobramentos da atividade fazendária, a Secretaria de Administração (SAD), a Secretaria Estadual de Saúde (SES), a Agência de Tecnologia da Informação (ATI), a Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE), a Controladoria Geral do Estado (CGE) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE).



Custo do Programa e plano de financiamento

Para atingir os objetivos do Programa, foi firmado o Contrato de Empréstimo N° 4554/OC-BR, em 30 de setembro de 2019, com prazo de desembolso de cinco anos, com data final de amortização em 15 de maio de 2044. A amortização se dará em prestações semestrais consecutivas, vencendo a primeira no dia 15 de maio de 2025.

O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 44.400.000 (quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil dólares), dos quais o Banco financiará até o equivalente a US\$ 37.000.000 (trinta e sete milhões de dólares). Os recursos de contrapartida, no montante de US\$ 7.400.000 (sete milhões e quatrocentos mil dólares), serão aportados pelo Estado de Pernambuco, na qualidade de mutuário.

O quadro a seguir resume a distribuição dos recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local:

Categorias	Banco	Contrapartida	Total	%
1. Custos diretos	36.440.000	7.400.000	43.840.000	98,7
Componente I: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	10.970.000	-	10.970.000	24,7
Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.810.000	7.400.000	16.210.000	36,5
Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	16.660.000	-	16.660.000	37,5
2. Gestão do projeto	560.000	-	560.000	1,3
2.1 Monitoramento e avaliação	260.000	-	260.000	0,6
2.2 Auditoria	300.000	-	300.000	0,7
Total	37.000.000	7.400.000	44.400.000	100
%	83%	17%	100%	

2. Principais Políticas Contábeis

▪ Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “IPSAS base de caixa - Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

▪ **Unidade Monetária**

Os demonstrativos financeiros do programa foram elaborados em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares americanos dos do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da internalização dos recursos. E as despesas realizadas são convertidas em dólares americanos com base nessa taxa. Este critério mitiga a ocorrência de ganhos e/ou perdas cambiais.

Os recursos de contrapartida são convertidos para dólares pela taxa de câmbio da data de apresentação dos gastos ao BID.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2022 estão depositados nas contas bancárias do Programa.

Em US\$	
Saldo Conta Única do Tesouro	110.039,93
Rendimentos de aplicações financeiras	125.724,62
Total	235.764,55

Durante o ano de 2022 foram registradas receitas provenientes de juros, no valor de R\$ 666.026,19.

4. Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 2.310.773,27, e está representado a seguir:

	US\$
Gastos efetuados em 2022 não apresentados ao BID	2.075.008,65
Saldo em conta do Projeto	235.764,62
Total	2.310.773,27

Não há despesas identificadas como não elegíveis ao Programa.



5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período	1.618.734,17
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	4.890.295,84
(+) Adiantamentos recebidos	5.456.610,25
(+) Rendimentos de aplicações financeiras	125.724,62
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	2.310.773,20

6. Fundos de Contrapartida Nacional

O governo do Estado de Pernambuco assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 7.400.000,00, como contrapartida local. No ano 2022 houve o aporte de US\$ 385.486,04 de contrapartida, perfazendo uma contrapartida acumulada de US\$ 1.097.814,70.

7. Ajustes de Períodos Anteriores

Não houve ajustes de períodos anteriores.

8. Aquisição de Bens e Serviços

As aquisições de bens e contratação de serviços são regidas pelas políticas do BID, as quais, preveem também a utilização de normas nacionais, quando a contratação ou aquisição tratar exclusivamente de contrapartida local. Assim, as aquisições e contratações se regem pelas normas GN-2349-15 e GN-2350-15 e pela Lei 8.666/94.

Todos os bens adquiridos pelo Projeto passam a integrar o patrimônio da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco e dos beneficiários contratuais do Profisco, e são registrados no Sistema de Integrado Informações Gerenciais (SIIG), o qual controla todo o patrimônio.



9. Categorias de Inversão

RECURSOS FINANCEIROS (US\$)								
COMPONENTES	CONTRATO ORIGINAL				EXECUÇÃO			
	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Empréstimo	%	Contrapartida	%
1.Custos diretos	36.440.000	82%	7.400.000	17%	17.484.209,56	47	1.837.101,81	25
1.1 Componente I. Gestão Fazendária E Transparência Fiscal	10.970.000	25%	-	0%	6.580.976,09	18	244.580,93	3
1.2 Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.810.000	20%	7.400.000	17%	5.349.558,30	14	1.592.520,88	22
1.3 Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	16.660.000	38%	-	0%	5.553.675,17	15	-	0%
2.Gestão do projeto	560.000	1%	-	0%	139.428,18	0%	-	0%
2.1 Monitoramento e Avaliação	260.000	1%	-	0%	118.025,71	0%	-	0%
2.2 Auditoria	300.000	1%	-	0%	21.402,47	0%	-	0%
Total	37.000.000	83%	7.400.000	17%	17.623.637,74	48	1.837.101,81	25

10. Desembolsos Efetuados

Vide Nota 9.

11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

US\$			
DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	17.623.638,23	1.837.101,81	19.460.740,04
Demonstrativo de Investimentos	17.623.637,74	1.837.101,81	19.460.739,55
Diferença	0,49	-	0,49

12. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (OPS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão.

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	OPS-1 Disbursed Amount	Diferença
1.	17.484.209,56	15.445.450,75	-
1.1	6.580.976,09		-
1.2	5.349.558,30		-
1.3	5.553.675,17		-
2.	139.428,18	103.178,83	-
2.1	118.025,71	0	-
2.2	21.402,47	0	-0
Antecipação de fundos		2.185.048,58	-
Total	17.623.637,74	17.733.678,16	110.040,42

Demonstrativo da diferença

Diferença	110.040,42
Saldo Conta Única do Estado	110.039,93
Diferença ajustada	0,49

13. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do OPS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos - BID da Demonstração de Fluxos de Caixa.

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	17.733.678,16
OPS - 1 (Disbursed Life)	17.733.678,16
Diferença	0,00

14. Contingências

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos quer contra a administração do Programa até data base de 31/12/2022, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

15. Eventos Subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem relatados.

16. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Não existem ajustes a serem relatados.

17. Outras Considerações / Esclarecimentos

Não há considerações adicionais a serem apresentadas.



Fábio Henrique Soares de Oliveira
Secretário Executivo de
Coordenação Institucional
SCI/SEFAZ - PE



Eduardo Vicente do Nascimento
Auditor Fiscal do Tesouro Estadual
Matrícula 171.967-0